

GLOBAL OCEAN



C A R T A A B E R T A

São Tomé, 20 Março de 2008

**Excelentíssimo Senhor
Fradique de Menezes
Presidente da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Numa altura em que São Tomé e Príncipe proporciona e promove um fórum sobre biodiversidade e ecoturismo, é com grande honra que nos dirigimos a Vossa Excelência em relação ao tratamento do tema baleação.

Tendo em conta a anunciada possível presença da República Democrática de São Tomé e Príncipe na Comissão Baleeira Internacional (CBI), aproveitamos a demais oportunidade para apresentar alguns elementos adicionais a considerar para sua análise.

Ponto 1. A situação actual das diversas espécies e populações de baleias é crítica. Nos últimos séculos têm sido dizimadas e estão hoje reduzidas a cerca de 10% da biomassa inicial. As 13 espécies de grandes baleias estão agora protegidas segundo o Apêndice I da Convenção Internacional para o Tráfico de Espécies Ameaçadas e em Perigo (CITES) - onde se encontram as espécies mais ameaçadas. Algumas delas encontram-se na “Lista Vermelha” da União Mundial para a Conservação (UICN). Significa isto que muitas das populações de cetáceos não conseguiram recuperar, mesmo não sendo caçadas. É este o caso da Baleia de Bossa (*Megaptera novaeangliae*) que tem vindo a recuperar lentamente mas ainda muito além dos números abundantes de outrora. São Tomé e Príncipe é um verdadeiro santuário para esta espécie que sofreu uma redução na ordem dos 95% causados pela baleação desregulada, até ser protegida em 1966. A análise de estudos recentes feitos em águas santomenses identifica o país como possível local de procriação. Tal a ser confirmado coloca São Tomé na linha da frente no que respeita á conservação e preservação desta espécie em particular.

Ponto 2. Não obstante a condenação por parte da opinião pública mundial, a caça da baleia continua a praticar-se em 3 países do mundo: Noruega, Islândia e Japão – sendo que este último é o maior responsável pelo impulsionamento daquela prática. Apesar da própria CBI já por várias vezes ter emitido pareceres onde insta o Japão a deter o que denomina de caça “científica” (Resolution 2005-1)¹, este país continua a dizimar baleias para obter dados científicos palpáveis e credíveis. Porém, os argumentos apresentados pelo Governo Japonês não têm qualquer credibilidade ou rigor científico, uma vez que são obtidos via manipulação de dados, ocultação e negação de factos, e falhas estatísticas.

¹ Resolution 2005-1. NOW THEREFORE THE COMMISSION: REQUESTS the Scientific Committee to review the outcomes of JARPA as soon as possible; and STRONGLY URGES the Government of Japan to withdraw its JARPA II proposal or to revise it so that any information needed to meet the stated objectives of the proposal is obtained using non-lethal means.

Ponto 3. Tendo em conta a base legal subjacente aos acordos ratificados por São Tomé e Príncipe, nomeadamente: as Convenções CITES e UICN supracitadas, a Convenção para a Biodiversidade (CBD) e a Convenção para as Espécies Migratórias (CEM), consideramos ser fundamental uma reafirmação da subscrição desses mesmos acordos por parte do Governo Santomense.

Lamentamos o facto de que São Tomé e Príncipe não tenha participado na reunião da CEM em Outubro de 2007 (Canárias) onde foi tomada uma resolução considerada histórica sobre a protecção dos chamados pequenos cetáceos (golfinhos), apesar de ter sido convidado. Acresce o facto de que não tem vindo a tomar parte em nenhuma das actividades de qualquer dos convénios mencionados. Convénios esses que protegem milhares de espécies ao contrário da CBI que trata apenas de Baleias.

No âmbito do actual fórum sobre biodiversidade e ecoturismo, acreditamos ser inevitável o reforço da determinação Santomense de perseverar e conservar o seu património natural, conforme mencionado na Constituição Santomense, no Artigo 2º da Lei da Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas (Nº11/1999) no qual se pode ler:

“O presente diploma visa a conservação, dos ecossistemas, a Fauna e a Flora neles existentes, com vista a salvaguardar a diversidade biológica como um património nacional e da humanidade, bem como a promoção da sua utilização social e económica durável, através do estabelecimento de listas de espécies a serem conservadas e da classificação de áreas do território nacional vocacionadas para a conservação dos seus habitats e da diversidade biológica.”

Sendo que este é reforçado pelo Artigo 6º o qual explicita que, *“enquanto os meios disponíveis não permitirem uma rigorosa classificação, em conformidade com o princípio da precaução, as espécies são classificadas pelo nível de risco mais elevado.”*

Ponto 4. A Global Ocean, bem como os restantes signatários da presente carta, são da opinião que São Tomé e Príncipe se deveria abster da participação na CBI. Não só pelos elevados custos que essa colaboração implicaria, mas também porque São Tomé e Príncipe é uma nação tradicionalmente não baleeira.

A título de exemplo dos custos envolvidos refira-se a quota que deverá pagar para participar como nação votante na CBI, cujo valor ascenderá aos US\$ 10.000, não incluindo despesas de deslocação e estadia funcionários que tenham de acorrer às reuniões anuais da mesma.

Ponto 5. Acreditamos que a participação e retoma da representação da nação Santomense nas mesas de negociações mundiais que lutam pela conservação e uso sustentável da biodiversidade, constituirá uma mais-valia no processo de desenvolvimento do tecido económico nacional.

Tal linha de orientação permitirá o desenvolvimento de diversos tipos de indústria ligados ao turismo e de alto rendimento económico como por exemplo, no caso das baleias, o “whale watching”. Esta actividade, designada também por avistamento de baleias, leva vários milhões de turistas ao redor do globo para verem estes mamíferos no seu meio natural.

Tome-se como referência dois modelos de sucesso da actividade supracitada: o caso das Canárias, onde mais de 1 milhão de turistas que visitam anualmente as ilhas geram receitas que ultrapassam os US\$40 milhões, apenas com os avistamentos, sem contar com as receitas da indústria hoteleira e outras actividades ligadas ao turismo; e o caso da Província de Chubut na Argentina que produz receitas na ordem dos US\$100 milhões, com este mesmo tipo de turismo.

No seguimento do exposto, e com o devido respeito, instamos a Vossa Excelência a assumir os passos necessários para que São Tomé e Príncipe se reafirme como uma nação que luta pela preservação da sua biodiversidade.

Assim apelamos à Republica Democrática de São Tomé e Príncipe que advogue Convenções como a CITES, não participando na Comissão Baleeira Internacional.

Na expectativa de que a nossa petição seja devidamente atendida, ficamos à disposição de Sua Excelência para qualquer informação adicional que requeira.

Com mostras do nosso mais alto respeito e consideração,
Cordialmente nos subscrevemos,



Francisco Gonçalves
Coordenador de Projectos
Global Ocean

E-mail: francisco@catus.net

Telemóvel: (+351) 961 088 253

(+239) 93 45 98 (estou contactável através deste número de 20/03 a 27/03, aquando estarei em São Tomé e Príncipe para dar uma palestra no evento: *Biodiversidade e Ecoturismo*)

Subscrevem a carta acima as seguintes organizações:

Centro de Conservación Cetácea, Chile

Elsa Cabrera
Directora Executiva
<http://www.ccc-chile.org>

Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca, Brasil

Karina R. Groch
Coordenadora, Projeto Baleia Franca - IWC/ Brasil
<http://www.baleiafranca.org.br>

Greenpeace Internacional

Milko Schvartzman
Coordenador Campanha Oceanos
<http://www.greenpeace.org>

Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Portugal

Joaquim Afonso Rocha
Consultor
<http://www.geota.pt>

International league for the Protection of Cetaceans

Leslie Busby
Coordenadora Executiva

Instituto de Conservacion de Ballenas, Argentina

Roxana Schteinbarg

Coordinadora Executiva

<http://www.icb.org.ar>

Liga para a Protecção da Natureza, Portugal

Ricardo Lemos

Grupo Oceanos

<http://www.lpn.pt>

Organización Conservación Cetáceos, Uruguay

Rodrigo García Píngaro

Coordinador Geral

<http://www.occ.org.uy>

Sociedade Brasileira de Protecção Ambiental, Brasil

Ibsen de Gusmão Câmara

Presidente da Sociedade